



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL

PARECER Nº 2151 / 2025

DA 7ª COMISSÃO DE ADMINISTRACAO, RELACAO DO TRABALHO, ASSUNTOS MUNI-  
CIPAIS E DEFESA DO CONSUMIDOR E CONTRIBUINTE.

Em mãos para relatar o Projeto de Lei Ordinária nº 390/2023, de autoria do Deputado Mesaque Pa-  
dilha, que “Dispõe acerca da política pública de isenção da 'taxa de esgoto' referente aos templos  
religiosos de qualquer natureza, no âmbito do Estado de Alagoas”.

O projeto busca estabelecer uma política pública de isenção da cobrança da taxa de esgoto para tem-  
plos religiosos de qualquer natureza, reconhecendo o papel social dessas instituições e seu caráter  
constitucionalmente protegido. A proposta visa promover o equilíbrio financeiro dessas entidades,  
que atuam muitas vezes sem fins lucrativos e prestam relevante serviço comunitário, especialmente  
junto a populações vulneráveis.

A matéria sob análise foi encaminhada à 7ª Comissão de Administração, Relação do Trabalho, As-  
suntos Municipais e Defesa do Consumidor e Contribuinte, para exame nos aspectos previstos no  
Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Cumpridas todas as formalidades pertinentes e não havendo óbices quanto aos aspectos que compe-  
tem à 7ª Comissão de Administração, Relação do Trabalho, Assuntos Municipais e Defesa do Con-  
sumidor e Contribuinte, **nosso parecer é pela aprovação** do Projeto de Lei nº 390/2023.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
ALAGOAS, em Maceió, 04 de junho de 2025.

  
PRESIDENTE

  
RELATOR DEP. RICARDO NEZINHO